

Quanto mais vulneráveis socialmente são essas populações, menos indicadas serão sua permanência e fixação nas áreas de risco de inundação. Nesse sentido deve-se atentar para a proteção das faixas ao longo dos rios e várzeas. Estas já são e tenderão a ser, cada vez mais reivindicadas pelas águas, nas intensas cheias que deveremos sofrer.

Quanto à infra-estrutura urbana, ela precisa ser revista na sua capacidade, em especial, na checagem de suas condições de atulhamento ou obstrução por lixo e sedimentos. Essa revisão requer uma política específica de cadastramento, inspeção e manutenção da infra-estrutura instalada, para assegurar sua máxima capacidade, da qual será exigido um desempenho cada vez maior.

Além dos cuidados preventivos, para se evitar que o lixo e toda forma de sedimentos alcance essas tubulações, é preciso também que haja um investimento em compensar os serviços ambientais dos lotes urbanos ainda permeáveis na cidade. Portanto, além das faixas não edificáveis e de toda a estrutura de canalização de águas pluviais existente é preciso manter vazias e permeáveis as áreas urbanas que ainda estão assim. Isto, em paralelo à manutenção das grandes extensões de área rural protegida para reter a água, seja para o abastecimento, como para evitar um agravamento das inundações.

As iniciativas atuais de redução das áreas permeáveis e disponíveis para controle de inundações já estão demandando pesados investimentos em obras para a sua compensação. Além delas, a manutenção de áreas livres e vegetadas, na escala necessária para o enfrentamento dos problemas da cidade, deverá contar com o reforço de compensações e pagamento de serviços ambientais, a serem efetuados com recursos explicitados e cobrados dos agentes econômicos que se beneficiam do acréscimo de áreas construídas.

Todas essas situações podem ser verificadas no caso de Guarulhos, no detalhamento do Plano Diretor de Drenagem, que deve estabelecer as prioridades de ações para controle de inundações no município.

São conhecidos os locais sujeitos à inundação, bem como suas causas. Há questões emergenciais a resolver, como é o caso da retirada de pessoas das áreas mais críticas e da sua transferência para áreas adequadas. Ao mesmo tempo, é preciso impedir que as causas determinantes da inundação se ampliem; e isso implica em identificar quais espaços deverão ser destinados às águas. Para isso há a necessidade de se dimensionar, com maior precisão, qual é o montante de áreas mínimo a ser garantido, para que a situação não se agrave.

Deve-se prever, também, uma série de ações para acompanhamento das inundações, seja do ponto de vista operacional nas emergências, como antecedendo os períodos de cheias, principalmente na manutenção de todos aqueles espaços, subterrâneos ou superficiais. Para manter a qualidade desses espaços, deve-se delimitar as bacias mais críticas e, com urgência, estabelecer os projetos que deverão separar os esgotos das águas pluviais, encaminhando-os para tratamento. A prioridade deverá ser dada às bacias em que ocorre inundação e existe o potencial de contato da população com essas águas contaminadas.

Ao mesmo tempo, é preciso divulgar junto a essas comunidades uma série de cuidados, buscando seu envolvimento efetivo nessas ações para sua proteção.

As áreas vegetadas devem ser efetivamente protegidas e os recursos para sua proteção devem ser calculados e obtidos com base nos benefícios prestados por elas, criando-se diferentes formas de compensação. Isto deverá se transformar numa política pública que, a partir de Guarulhos, alcance o Estado e os demais municípios responsáveis pelas grandes bacias ou sub-bacias que percorrem o município e abrangem outros territórios.

Deve ser criada uma forma de equilibrar o quanto - especialmente no caso dos grandes lotes - a água pluvial é exportada dos terrenos, em relação àquilo que deveria ser naturalmente infiltrado dentro de seu perímetro. A partir desse cálculo pode-se identificar e dimensionar quem arca com os custos da água exportada, em benefício do aproveitamento privado desses espaços. Isto deve basear o cálculo do pagamento objetivo de contrapartidas na realização de obras por sub-bacia.

Esse custo adicionado pelas novas ocupações de lotes à demanda já estabelecida poderá ser cotejado com alternativas de não ocupação, ou de soluções de retenção de água, de modo a evitar a saída das águas pluviais desses lotes, em prejuízo de outros locais ou moradores. Assim, poderemos dar início, em escala significativa, à uma política de aproveitamento das águas pluviais para diversos fins, liberando as de melhor qualidade - superficiais ou subterrâneas - para o abastecimento da população.

Esse benefício se amplia na medida em que soluções desse tipo podem contribuir para se alcançar um outro equilíbrio na situação da cheias e da escassez, que ainda tende a se agravar, seja pelo crescimento da própria cidade, como pelo já previsto aumento das tendências de aquecimento global.

Considerando que o Plano Diretor de Macro Drenagem da Bacia do Alto Tietê estabeleceu algumas vazões de restrição para os afluentes do Tietê, essa discussão de retenção da água ganha corpo e deve ser rediscutida. Isto, em termos das ações a serem efetuadas no âmbito estadual - considerando que os rios principais ou córre-